Ano VII - Nº 4.419

Terça-feira, 18 de Novembro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Audiência pública debate os rumos do Carnaval

O debate foi requerido e dirigido pelo vereador Henrique Carballal



Foto: Valdemiro Lopes

O vereador Carballal (PT) destacou a vontade conjunta de vereadores, instituições, blocos e camarotes para a melhoria da festa: "O povo de Salvador é a riqueza dessa cidade. O poder público tem o papel de investir adequadamente para que sejamos de fato a terra da alegria. O Carnaval não é apenas em fevereiro, mas durante todo o ano. Juntos, temos o potencial para voltar a destacar o Carnaval de Salvador". **Leia mais na página 3**

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Idosos do CREASI visitam espaços históricos de Salvador

Para a maioria deles esse é o primeiro contato com a Câmara Municipal

Fotos: Reginaldo Ipê



Um grupo de 25 idosos do Centro de Referência Estadual de Atenção à Saúde do Idoso – CREASI, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, visitou na tarde de sexta-feira (14) o Memorial da Câmara Municipal de Salvador.

A visita começou com a apresentação geral da história da Praça Municipal e da fundação cidade. Atividades como essa acontecem todas as sextas-feiras no CREASI com o intuito de ajudar os idosos a conhecerem espaços públicos e tem finalidade educativa e terapêutica. Maria Lourdes Melo já foi ao Teatro Castro Alves, Sorveteria da Ribeira e conheceu pela primeira vez o Memorial da Câmara. "Eu gostei demais", afirma Maria com entusiasmo.





De acordo com a assistente social, Cintia Fett, os passeios contribuem para que os idosos conheçam os espaços públicos e exerçam a cidadania. "É uma forma de fazer um encontro, uma socialização entre eles. Nós como profissionais também ganhamos muito conhecendo esses lugares", declara.

Rumos do Carnaval de Salvador em debate na Câmara

Audiência pública no foyer do Centro de Cultura busca melhorias para a festa

Em audiência pública requerida e dirigida pelo vereador Henrique Carballal (PT), presidente da Comissão Especial do Carnaval, a Câmara Municipal de Salvador debateu na manhã de segunda-feira (17), no foyer do Centro de Cultura, os rumos da festa, focando a discussão nas taxas que são cobradas pela prefeitura dos blocos e camarotes. Tratou também sobre possíveis mudanças para reoxigenar a festa no Centro, destacando o retorno da folia na Avenida Carlos Gomes e a utilização do Comércio como circuito alternativo.

Fotos: Valdemiro Lopes



Em suas considerações, o vereador Henrique Carballal destacou a vontade conjunta de vereadores, instituições, blocos e camarotes na melhoria da festa. "O povo de Salvador é a riqueza dessa cidade. O poder público tem o papel de investir adequadamente para que sejamos de fato a terra da alegria. O Carnaval não é apenas em fevereiro, mas durante todo o ano. Juntos, temos o potencial para voltar a destacar o Carnaval de Salvador", afirmou. O resultado da audiência será encaminhado ao prefeito ACM Neto e ao presidente do Conselho Municipal do Carnaval (Comcar), Pedro Costa.

Fortalecendo o debate, o vereador Cláudio Tinoco (DEM) ressaltou os avanços conquistados pela Comissão. "Realizamos um evento em maio do ano passado com palestras e temas sobre as diversas manifestações da festividade, onde empresários e instituições estiveram presentes para discutir as melhorias e os avanços na festa", lembrou.

O vereador Duda Sanches (PSD) defendeu a preservação da imagem do Carnaval com o redirecionamento de investimentos não utilizados. "Temos que valorizar quem realmente faz a festa. Proponho aqui a criação de um requerimento em que os investimentos não utilizados na festa sejam redirecionados aos blocos carnavalescos, para que possam suprir suas necessidades e gastos", propôs.

Legado

No entendimento do vereador Moisés Rocha (PT), não pode haver conflitos na gestão da festa. "Temos que enxergar todos como colaboradores na construção não apenas de uma festa, mas de um legado. O Carnaval é um investimento na economia e no turismo", destacou.

Lamentando o atual cenário do Carnaval, vendo-o em processo de enfraquecimento, o vereador Pedrinho Pepê (PMDB) declarou que "o Carnaval é a galinha dos ovos de ouro de Salvador e as taxas elevadas estão matando a festa". Ainda em sua fala, defendeu uma atuação específica da Comissão do Carnaval para reduzir as taxas e reanimar a festa.

Expressando indignação, o vereador Arnando Lessa (PT) cobrou a presença na audiência do secretário de Desenvolvimento, Turismo e Cultura, Guilherme Bellintani, e considerou que existe um "jogo de interesses nos bastidores". "Os decretos são iguais para todos, e temos que defender a realização da festa da melhor forma. Se é para arrecadar dinheiro, que se cobre maiores taxas de quem lucra mais e menores para quem lucra menos", defendeu.

Para o vereador Alcindo da Anunciação (PT), "se essa reunião não conseguir retirar as taxas existentes, de nada valeu". No seu entendimento, "o Executivo só sede com pressão popular". O vereador Suíca (PT) também defendeu a isenção das taxas para os blocos afoxés.

Circuito do Centro

O Comcar vem discutindo alternativas para o estacionamento dos trios na Rua Carlos Gomes, no circuito do Campo Grande, cujo percurso foi modificado neste ano de 2014 e segue ainda sem definição para 2015. No entendimento da entidade, a exclusão da Carlos Gomes no percurso atrapalhou a passagem dos blocos que saíram do Centro Histórico. Umas das opções cogitadas seria a volta da concentração para o Corredor da Vitória, com a ida dos blocos até a Praça Castro Alves e até retorno pela Carlos Gomes.

Na audiência pública também cogitou-se mais um circuito, no Comércio, e Windson Silva, representante do Comcar, apoiou a iniciativa da Comissão do Carnaval em discutir a festa de 2015.



Debate no Centro de Cultura da Câmara mobilizou carnavalescos soteropolitanos

Ana Rita acompanha caso do crime de maus tratos na Ufba

Cadela Bete Bonita foi agredida por estudante do curso de Farmácia



Carlos Ferrer da Unimais e Ana Rita Tavares



Fotos: Assessoria da vereadora

A vereadora Ana Rita Tavares (PROS) acompanhou de perto o caso em que o estudante Jorge Luiz Chagas Vila Flor Júnior, do curso de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), foi preso, na sexta-feira (14), após agredir uma cadela comunitária, que latiu para ele ao entrar no Campus Ondina.

O crime de maus tratos foi lamentado pela vereadora, que esteve na 7ª Delegacia, no bairro do Rio Vermelho, para atuar na condição de advogada da União das Entidades Protetoras dos Animais (Unimais) e da ONG Terra Verde Viva. "Além do crime de porte ilegal de drogas e ameaça a uma servidora pública, ele (o estudante agressor) foi indiciado no artigo 32 da Lei 9.605, de Crimes Ambientais", explicou.

Segundo a vereadora, a cadela Bete Bonita, como é conhecida no Campus da Ufba, sofreu pancadas e ficou com diversos hematomas e passou por exame de corpo de delito, que deverá fazer parte do inquérito policial.



Vereadora Ana Rita Tavares esteve na 7ª Delegacia

Agressões

Denúncias já vinham sendo feitas pela estudante de Veterinária da Ufba, Alva Oliveira, via redes sociais da vereadora e ativista Ana Rita Tavares. Conforme Alva, o estudante Jorge Vila Flor estava descontrolado: "Tentamos segurá-lo, pois, depois de bater com o skate no animal com toda a força, ele partiu para cima de uma senhora que trabalha como servente aqui", relatou. Ela revelou ainda que o aluno é o terceiro, em menos de 30 dias, que agride os animais comunitários na Ufba.

Câmara realiza quarta audiência da LOA 2015

Debate da Comissão de Finanças acontece nesta terça-feira (18), às 19h, em Plataforma

A Câmara Municipal de Salvador, por meio da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realiza nesta terça-feira (18) a quarta e última audiência pública para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015. O debate em Plataforma, às 19h, no salão paroquial do bairro, na Rua Úrsula Catharino, na Praça São Brás, será dirigido pelo vereador Cláudio Tinoco (DEM).

Os três primeiro debates da LOA 2015 foram realizados na Federação, em Pau da Lima e Matatu de Brotas. O quarto debate, em Plataforma, encerra a série de audiências públicas com a participação popular. Nos encontros, os participantes, normalmente, indicam obras para os bairros onde residem. Dentre as demandas, as principais são nas áreas de saúde (construção de postos), educação (construção de escolas e creches) e infraestrutura (serviço de drenagem e contenção de encostas).

Conforme o vereador Cláudio Tinoco, o prazo final para que os vereadores apresentem emendas ao Projeto de Lei nº 209/2014 encerra nesta quarta-feira (19), às 17h. De autoria do Executivo, o projeto da LOA estima a receita e fixa as despesas para o ano de 2015. A matéria tramita na Casa desde o dia 30 de setembro e pode ser acessada no link: http://migre.me/mFWSo.



Foto: Reginaldo Ipê

Vereador Cláudio Tinoco preside a Comissão de Finanças

Conforme a Mensagem do Executivo nº 17/2014, a Proposta Orçamentária para 2015, estruturada sob os princípios da sustentabilidade e responsabilidade fiscal, estima receita e fixa despesa no valor de R$ 6,266 bilhões.

Luiz Carlos destaca minissérie sobre Conselho Tutelar

Programa será apresentado na Rede Record a partir de 1º de dezembro

O vereador Luiz Carlos (PRB) apresentou na sessão de quarta-feira (12) da Câmara Municipal de Salvador uma moção de congratulação à Rede Record de televisão pela minissérie Conselho Tutelar, que será veiculada em cinco capítulos a partir do dia 1º de dezembro deste ano.

Segundo o vereador, a minissérie tem uma trama que apresenta à sociedade a função social e o trabalho de um Conselheiro Tutelar. Os criadores da série trabalharam durante quatro meses até chegar ao projeto final, com seis semanas de filmagens. O trabalho retrata de forma ímpar a importância do Conselho Tutelar, trazendo para a sociedade aspectos referente à sua missão.

Para o vereador, a produção televisiva merece destaque e apoio do Poder Público e demonstra que todos nós devemos de alguma forma fazer valer o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foto: Internet



Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Luiz Carlos

"O Brasil, através dessa produção, poderá conhecer esses heróis e heroínas, o conselheiros tutelares, que enfrentam todos os dias desafios diferentes para defenderem aqueles que não conhecem os seus direitos", destacou o vereador.

Ele acrescenta que "esses conselheiros têm mostrado empenho e dedicação na luta pela proteção dos direitos daqueles que serão o futuro de nosso país, com destaque à luta contra a prostituição infanto-juvenil e a violência contra crianças e adolescentes".

Vereador apoiou paralisação de terceirizados da UNEB

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Luiz Carlos Suíca

Vereador e diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza da Bahia (Sindilimp-BA), Luiz Carlos Suíca (PT) se posicionou a favor da paralisação por tempo indeterminado dos trabalhadores terceirizados da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ocorrida na quarta-feira (12).

Os funcionários da empresa Medial, que atua na capital e interior, estão com salários, vale-refeição e vale-transporte atrasados. "O sindicato e os trabalhadores já tentaram dialogar várias vezes com os representantes da empresa. O Mandato da Gente expressa total apoio e parceria na luta desses pais e mães de família que estão sem receber seus vencimentos", disse Suíca.

Linha Direta

Na manhã de quinta-feira (13), Suíca participou do programa Linha Direta, da rádio Nova Salvador (92.3FM), com apresentação do colega de bancada Alcindo da Anunciação e do deputado federal Marcos Medrado. O decreto 25.316, que prevê novas empresas para a coleta do lixo comercial de Salvador, foi a principal pauta do programa, além da nova lei que multará o cidadão que sujar a rua a partir do próximo mês.

Suíca se posicionou a favor da medida, que deveria entrar em vigor no início do ano e foi adiado para janeiro de 2015. "Até o momento nós temos apenas uma empresa cadastrada. Não existe nenhuma inconstitucionalidade no decreto do prefeito e acredito que novas geradoras especializadas em coleta do lixo comercial aparecerão dentro dos critérios exigidos", informou o vereador.

Ainda segundo o petista, o lixo comercial custa cerca de R$1 milhão por mês às empresas, preço esse que as empresas pagam por dia apenas pelo lixo doméstico. Outra questão polêmica abordada na entrevista foi a cobrança de multas, a partir do próximo mês, aos cidadãos que sujarem logradouros públicos.

Segundo o vereador, deveria haver um planejamento para posterior aplicabilidade: "Defendo sempre que a conscientização tem que vir através da educação. Outra questão é a forma como os fiscais estão sendo contratados, porque para aplicar essas multas o pessoal tem que ser concursado".

Toinho Carolino exalta democracia na escolha de diretores da rede municipal

Vereador acompanha eleição direta dos gestores, num processo com mais de 180 mil participantes

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Toinho Carolino

A Secretaria Municipal de Educação (Smed) realizou na quarta-feira (12) a eleição direta dos novos diretores e vice-diretores que vão administrar as 388 escolas da rede de ensino da capital pelos próximos três anos. Mais de 180 mil eleitores participaram da escolha dos dirigentes, que foi exaltada pelo vereador Toinho Carolino (PTN), líder do partido na Câmara Municipal.

"A eleição é uma aula de democracia e comprometimento com a educação em nossa cidade. Parabenizo os participantes do processo, que envolveu professores, servidores, pais e alunos, com o objetivo de melhorar a qualidade do nosso ensino", destacou o vereador.

Proposta prevê atendimento presencial para serviços públicos

Indicação foi apresentada na Câmara Municipal pelo vereador J. Carlos Filho

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador J. Carlos Filho

O vereador J. Carlos Filho (PT) reivindicou, através de projeto de indicação, que os fornecedores de serviços públicos ofertados por meio de telemarketing e de atendimento via internet prestem, também, atendimento presencial ao consumidor no município de Salvador. Para o petista, o projeto visa ampliar e melhorar a comunicação entre o cidadão e o poder público.

"A natureza dos serviços em questão torna indispensável que os usuários possam, a qualquer tempo e por mais um meio, comunicar-se com as entidades prestadoras, porém, essa não é a realidade com que, cotidianamente, se deparam os milhões de usuários dos serviços públicos em Salvador", pontuou J. Carlos Filho.

Segundo o vereador, muitas das prestadoras de serviços públicos colocam à disposição do consumidor um único e exclusivo canal de comunicação em geral, o telefônico, e que por muitas vezes, é prestado de forma precária, insuficiente e confusa. "Este mecanismo prejudica direitos essenciais dos cidadãos de registrar uma reclamação, formular uma solicitação, elaborar uma sugestão, obter um esclarecimento, inviabilizados, na prática, ante a dificuldade de entrar em contato com as prestadoras dos serviços", destacou.

No documento, J. Carlos Filho cita que o Código de Defesa do Consumidor consagra, entre os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor e a racionalização e melhoria dos serviços públicos (artigo 4º, incisos II e VII); estabelece a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral como direito básico do consumidor (artigo 6º, inciso X); e determina que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos (artigo 22). "O atendimento exclusivamente não presencial coloca o consumidor em desvantagem exagerada, rompendo com a boa fé e a equidade que devem nortear a relação de consumo", afirmou J. Carlos Filho.

CÂMARA MUNICIPAL

51ª SESSÃO ORDINÁRIA
2º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 19 DE NOVEMBRO DE 2014 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

48ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2ª SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ALMIR BARRETO, ARNANDO LESSA, BECA, CARLOS MUNIZ, CLÁUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, FABÍOLA MANSUR, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 486 e 487/14 da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (DAB-Sesab); Ofícios n.s 03081/14 da Subchefia de Gabinete do Governador; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 214/14 do vereador Pedrinho Pepê; Projetos de Indicação n.s 258/14 do vereador Marcell Moraes, 259/14 do vereador Sílvio Humberto, 260 e 261/14 do vereador Almir Barreto; Moção n. 48/14 do vereador Luiz Carlos de Souza; Requerimentos n.s 140 e 141/14 do vereador Léo Prates. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Gilmar Santiago ratificou o acordo firmado na segunda-feira para que fossem iniciadas as votações dos Vetos, a fim de destrancar a pauta em face de importantes Projetos a serem votados, como os relativos aos servidores da Educação e Saúde. Pela ordem, o vereador Léo Prates observou a ausência de membros da Oposição. Em seguida, citou o art. 46, II, do Regimento Interno (RI), que impõe a apresentação à Mesa, pelos líderes, dos membros das suas bancadas para a composição de comissões, o que não teria sido observado na formação da comissão sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Em razão disso, pediu a dissolução dessa comissão. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo associou-se ao vereador Léo Prates, observando a necessidade de legitimidade na composição da comissão, e disse que, pelo princípio da preferência, o Requerimento do vereador Geraldo Júnior não poderia ter sido aprovado. Pela ordem, o vereador José Trindade considerou que matéria vencida não se discute. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo, que presidiu a Sessão de votação do Requerimento para a comissão, refutou ser responsável pelo resultado ora discutido, e lembrou que ninguém havia ido à Mesa se manifestar a respeito. Pela ordem, o vereador Marcell Moraes considerou haver

intenção, por parte de alguns, de "desfocar" o acontecido, e comentou que o vice-líder do Governo participou de reunião e, agora, vinha pedir a dissolução da Comissão. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que não costumava se apropriar de ideias alheias e mencionou a data de entrada do Projeto do *Castramóvel*, da vereadora Ana Rita Tavares. Contou estar dando entrada, na Procuradoria, em medida a respeito de mensagens divulgadas na rede de comunicação *WhatsApp*, o que fazia com base em princípios éticos. Nos **Registros**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Gilmar Santiago, que avaliou já haver *quorum* para a votação dos Vetos. Comentou debate sobre o mês da Consciência Negra, no qual surgiu a sugestão de a Casa dedicar este mês a uma pauta de votação sobre Proposições de combate ao racismo e promoção da igualdade, à semelhança do feito no mês das mulheres. Pediu debate sobre as emendas parlamentares envolvendo um milhão de reais para cada vereador, que considerou uma farsa. O vereador Henrique Carballal discordou de que a discussão sobre a comissão fosse matéria vencida. Disse que, em entrevista, o vereador Geraldo Júnior afirmou que ele colocou amigos na Comissão do Carnaval, e questionou a imagem da Casa que uma declaração como essa faz. Ressaltou a necessidade de se entender o que é um parlamento. Considerou que a comissão é ilegítima e que, se há insegurança jurídica no atual PDDU e Louos, ela continuará. Criticou a falta de dignidade de alguns e defendeu a necessidade de se repactuarem as relações da Casa. O vereador Moisés Rocha lembrou que é preciso dar uma resposta aos servidores da Educação. Sobre a comissão do PDDU, considerou que a forma de votação não foi transparente. Comentou sobre a abordagem de uma loja de departamentos a uma jovem negra e sobre os duzentos quilos de sal grosso colocados na Pedra da Coroa de Xangô. Disse que não se quer tolerância, mas, sim, respeito à liberdade religiosa. Refletiu sobre o que aconteceria se os templos evangélicos e católicos fossem atacados. Por fim, afirmou que a Câmara precisa assumir uma posição dura no combate à intolerância religiosa. O vereador Geraldo Júnior lamentou a publicação no jornal que desabonou a Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final (CCJ), o que também o atinge, como seu componente. Afirmou que, ao apresentar nomes para compor a comissão sobre o PDDU, baseou-se em critérios técnicos, visando ao resgate da dignidade do parlamento municipal. Afirmou ainda que a apresentação foi tempestiva, não procedendo, portanto, a contestação do vereador Léo Prates, a quem pediu reflexão sobre o assunto. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que questionava a formação da comissão pelo fato de seus membros não terem sua indicação submetida aos líderes, e que, portanto, o problema não estava no momento de apresentação, mas, no processo de formação. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago reiterou que, além de os líderes não terem sido ouvidos, não houve acordo para que se votasse a criação da comissão. Pela ordem, o vereador Geraldo Júnior reiterou ao vereador Léo Prates que apenas pedira uma reflexão sobre o juízo de valor envolvido na situação. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse que o vereador Geraldo Júnior não tinha direito de nomear os membros da comissão, e pediu posição firme do Senhor presidente, pois a Casa e seu RI estavam sendo ofendidos. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza considerou que os Vetos deveriam estar sendo votados nesta Sessão, e pediu prioridade nesse sentido, já que havia Projetos importantes cuja votação dependia disso. Pela ordem, o vereador José Trindade observou que alguns partidos, como o seu, não fizeram parte do acordo. O vereador Léo Prates contou que viu, no Diário Oficial do Município, publicada a formação da comissão para o PDDU e o seu Regimento, o que disse não ser possível, uma vez que o Regimento deve ser votado pelos membros da própria comissão. Reiterou que sua formação deve passar pelos líderes do Governo e da Oposição, o que também não aconteceu. Criticou os ataques que tentam colocá-lo contra o presidente da CCJ e lembrou que sua projeção política se deve, em grande parte, à generosidade dele em tê-lo designado relator da Reforma Tributária. Disse que já há jurisprudência aceitando mensagem de *Whatsapp* para instaurar processo ético-disciplinar e que, de acordo com lei federal, na próxima Sessão, o Senhor presidente deve colocar em votação o Requerimento. O vereador Marcell Moraes considerou que já se passou da hora de votar o Plano de Carreira dos Servidores da Educação. Em seguida, disse que chegou a esta Casa sozinho e vai para a Assembleia sozinho. Disse que se guia pela ética, e não, pelo interesse financeiro. Considerou que o líder do Governo, o vice-líder do DEM e o presidente da CCJ são desrespeitados a todo o tempo. Considerou, ainda, que a Casa precisa se respeitar e que não cabe, aqui, a figura de *menino de recado*. Disse que o Projeto do *Castramóvel* é seu, e quem diz que não é está chamando o prefeito de mentiroso. Disse que, se atuação da bancada do Governo é essa, então não faria mais parte do Governo. Por fim, comentou denúncia, veiculada pela mídia, de empresa de engenharia que recebeu dinheiro da Prefeitura, e disse que essa empresa é do primo do vice-líder do Governo. Pela ordem, o vereador Léo Prates declarou ter orgulho de ter vindo de família humilde, na qual há 22 engenheiros, sendo que alguns têm suas empresas. Lembrou que um de seus primos tem uma das maiores empresas de engenharia que presta serviço ao Estado. Os ânimos se exaltaram, e a Sessão foi suspensa por 30 minutos. Retomada a Sessão, o vereador Kiki Bispo observou que a discussão sobre matéria de ordem pública pode ser suscitada a todo momento, portanto não poderia ser impedida. Pediu ao Senhor presidente que, como magistrado da Casa, extinguisse a comissão, origem de conflitos. O vereador Sílvio Humberto elogiou a solicitação do vereador Gilmar Santiago sobre pauta pela igualdade racial e pediu a votação do plano de carreira dos docentes. Lamentou ataque à Pedra de Xangô, um ato de intolerância religiosa, e pediu dureza contra isso. Também pediu atenção, neste mês da Consciência Negra, a casos como esse e o da moça que sofreu racismo numa loja, e também ao extermínio dos jovens negros. Considerou que a Casa, sendo a Casa do Povo, é lugar de negociações, serenidade e conversa. O vereador Hilton Coelho solidarizou-se com os educadores presentes à Galeria e lamentou os atos de agressividade ocorridos. Opinou que as acusações lançadas fossem apuradas a bem da autoridade moral dos próprios vereadores em questão. Comentou a ideia de haver uma semana para se apresentar projeto pedagógico alternativo ao programa *Alfa e Beto*, e pediu que fosse suspenso o prazo para opção a esse programa e ao Pacto Nacional pela Alfabetização no Tempo Certo (Pnaic). Comentou ainda conferência sobre segurança pública realizada, ontem, com a participação da sociedade civil organizada e da entidade sindical Sankofa (de profissionais da segurança pública), na qual se discutiu a desmilitarização da Polícia. O vereador Arnando Lessa lembrou que a votação do Plano de Carreira dos Servidores da Educação, bem como o Projeto dos agentes de endemias, precisa da desobstrução da pauta, embora sejam matérias sobre a qual há consenso. Em seguida, comentou sobre a audiência pública, realizada no dia anterior, dos vigilantes demitidos há dez anos que aguardam o pagamento de suas garantias. Pediu que o assunto fosse discutido com o prefeito ACM Neto, para que seja encontrada uma solução para essa categoria. O vereador Isnard Araújo considerou a tarde lastimável e improdutiva, lembrando que hoje era para terem sido votados os Vetos e o Plano de Carreira dos Servidores da Educação. Lembrou que quem chutou a santa não faz mais parte da Igreja Universal e ressaltou sua tolerância a qualquer religião, já que a fé é indiscutível. Por fim, associou-se aos vereadores que discorreram sobre a intolerância religiosa. A vereadora Aladilce Souza saudou os professores na Galeria. Em seguida, disse que se sentiu indignada e desrespeitada com o ocorrido nesta Sessão. Lembrou que, quando algum colega faz uma menção desrespeitosa a outro, é feito pedido para a retirada do que foi dito. Disse que atos como o ocorrido não podem ser tolerados pela Casa, que é o lugar do debate de ideias, e não, da agressão física. Depois, considerou que deve haver uma forma regimental de anular a comissão criada e defendeu a votação imediata dos Vetos. O vereador Luiz Carlos de Souza lamentou a não-votação do Projeto dos professores, a quem declarou apoio. Parabenizou a TV Record por minissérie que retrata o trabalho dos conselheiros tutelares, explicando que essa atividade foi criada em 1990, e que seus profissionais superam a falta de estrutura e apoio para fazerem cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal. Pediu mais respeito aos conselheiros tutelares e lamentou a persistência do trabalho de crianças e adolescentes. O vereador Luiz Carlos Suica também lamentou a não-votação sobre os professores, e também o fato de, com isso, a Casa mobilizá-los em vão. Avaliou que, enquanto se discutem questões de poder, as demandas dos docentes não são tratadas. Desejou que os erros ensinassem a não repeti-los. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues disse estar solidário à aflição dos professores pela aprovação do plano de carreira da categoria. O vereador Everaldo Augusto lamentou a pauta trancada impedindo votações importantes como a do plano de carreira dos docentes. Explicou que esse plano foi fruto de uma assembleia que reuniu mais de dois mil educadores em dois dias, e disse que a posição do PCdoB é pela sua imediata votação. O Senhor presidente consultou os líderes do Governo e da Oposição sobre haver condições de se votarem os Vetos. Verificada falta de *quorum* para votação, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 773/2014 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 907/05, **RESOLVE:**

Exonerar CELSO DOS SANTOS SANTANA, cad. 14.216, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 23** Classe **CC 10**, a partir de 1º de novembro de 2014. Salvador, 17 de novembro de 2014.

ATO N.º 774/2014 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 811/96, **RESOLVE:**

Exonerar ZENADIO PEIXOTO GOMES FILHO, cad. 14.217, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 23** Classe **CC 10**, a partir de 1º de novembro de 2014. Salvador, 17 de novembro de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

AVISO DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 17/2014

A Câmara Municipal de Salvador **INFORMA** o nome dos candidatos **desclassificados** no Concurso Público – Edital nº 18/2011 para os cargos a seguir indicados, por não terem comparecido dentro do prazo estipulado em Lei para realização/entrega dos exames pré-admissionais exigidos em Edital.

CARGO: ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL
Área de Qualificação: Assistência Legislativa

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	DOC.IDENT.	N. FINAL	CLASSIF
00808296	Cremilda Maria da Conceição	0688807313	86.05	40
00875753	Jorge Queiroz de Almeida	0895525046	85.95	42

Gabinete da Presidência, em 14 de novembro de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: Licença Especial para usufruir

CAD.	SERVIDOR	Nº PROCESSO	QUINQUÊNIO	Período
2030	Enogno Cledenor de Brandão Santos	01788/2014	6º e 7º	02/02/2015 a 31/07/2015

ASSUNTO: Mudança de Maturidade

CAD.	SERVIDOR	Nº PROCESSO
9026	Rosalia do Bonfim Costa Santos	01610/2014
3264	Ivanildo Tenório da Silva	02496/2013

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA (2013/2016)



Paulo Câmara
PSDB
Presidente



Carlos Muniz
PTN
1° vice-presidente



Isnard Araujo
PR
2° vice-presidente



Fabíola Mansur
PSB
3° vice-presidente



Arnando Lessa
PT
1° secretário



Orlando Palhinha
PP
2° secretário



Almir Barreto
DEM



Geraldo Jr.
PTN
Corregedor-geral



Aladilce de Souza
PC do B
Ouvidora-geral



Everaldo Augusto
PC do B
Ouvidor substituto



Everaldo L. dos Santos
PTN



Alberto Braga
PSC



Alemão
PRP



Alfredo Mangueira
PMDB



Ana Rita Tavares
PV



Carballal
PT



Claudio Tinoco
DEM



Alcindo da Anunciação
PT



Duda Sanches
PSD



Vânia Galvão
PT



Euvaldo Jorge
PP



Gilmar Santiago
PT



Paulo Magalhães Jr.
PSC



Hilton Coelho
PSOL



J. Carlos Filho
PT



Joceval Rodrigues
PPS



José Trindade
PSL



Kiki Bispo
PTN



Leandro Guerrilha
PSL



Leo Prates
DEM



Luiz Carlos
PRB



Marcell Moraes
PV



Moisés Rocha
PT



Odiosvaldo Vigas
PDT



Pedrinho Pepê
PMDB



Silvio Humberto
PSB



Soldado Prisco
PSDB



Suica
PT



Tia Eron
PRB



Tiago Correia
PTN

Toinho Carolino
PTN

Vado
DEM

Waldir Pires
PT